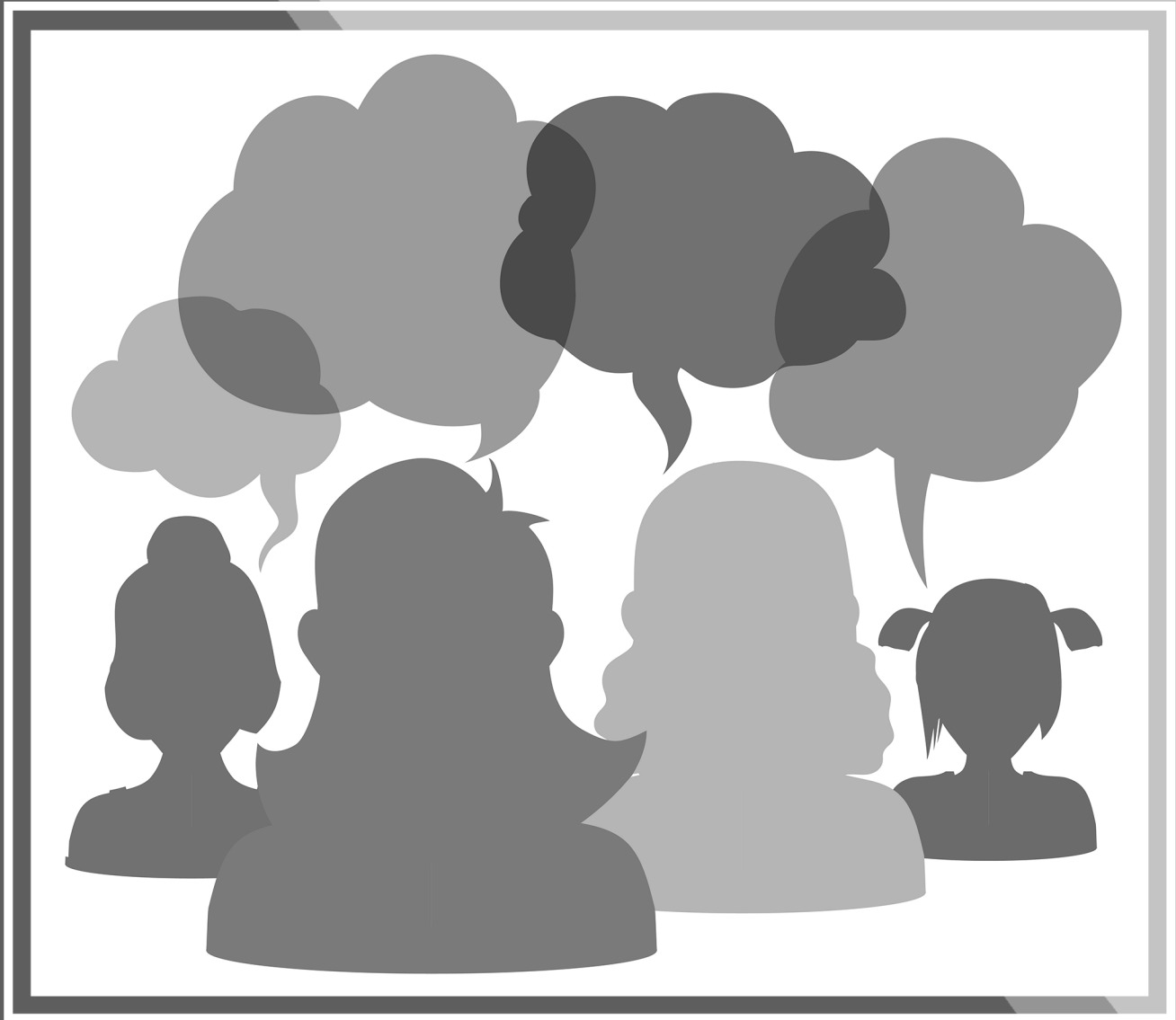


História: Espaço Fecundo para Diálogos 2



Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscarro
(Organizadores)

História: Espaço Fecundo para Diálogos 2



Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscarro
(Organizadores)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

H673 História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos 2 /
Organizadores Antonio Gasparetto Júnior, Ana Paula Dutra
Bôscaro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81740-01-6

DOI 10.22533/at.ed.016201102

1. História – Filosofia. 2. História - Historiografia. 3. Historiadores.
I. Gasparetto Júnior, Antonio. II. Bôscaro, Ana Paula Dutra.

CDD 907.2

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O campo da História é repleto de possibilidades ou, como sugere o título deste livro, um espaço fecundo para diálogos. Neste sentido, são possíveis análises cronológicas, quantitativas, qualitativas, biográficas, transnacionais e interdisciplinares que permeiam outras variáveis como econômicas, políticas, sociais, culturais e educacionais, por exemplo. Assim, o chamado para se refletir sobre a História é um chamado para se pensar a atuação do ser humano no planeta, em suas diferentes épocas, seus diferentes contextos e em suas diferentes abordagens.

A História, como ciência, é dotada de métodos que são empregados por seus pesquisadores e pesquisadoras para, a partir de questões que são colocadas, verificar suas teses em fontes pertinentes ao tema analisado. O que o leitor encontrará neste volume são textos que foram selecionados para composição do livro a partir de um eixo que prioriza a reflexão a respeito da Educação, da Religião e do Patrimônio. Os 30 capítulos são frutos de estudos que foram desenvolvidos por profissionais de diversas instituições do país.

Na primeira parte da obra estão reunidas análises históricas acerca da Educação. De modo que, internamente, esses textos permeiam debates em torno de questões étnicas na Educação, aspectos do ensino básico e do ensino universitário.

Na segunda parte da obra estão reunidas análises históricas situadas no campo das religiões. Assim sendo, os respectivos capítulos concentram análises que retomam aspectos religioso desde a Idade Média até os dias atuais, além de refletir sobre questões de gênero no campo religioso e trajetórias pessoais.

Por fim, a terceira parte do livro é composta por análises históricas no campo do Patrimônio. De tal forma abrangente que parte da antiguidade egípcia até a música contemporânea. Seus textos discutem outros temas como folclore, teatro e quilombos.

Em síntese, a obra *História: espaço fecundo para diálogos* é uma constatação ao leitor das inúmeras possibilidades das pesquisas históricas, apresentando resultados de investigações que são notadamente importantes para o conhecimento da sociedade. Ademais, é de suma importância a divulgação científica do trabalho do Historiador/Historiadora, que constrói pontes para uma sociedade mais justa e consciente.

Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscaro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
NEGRITUDE E MEMÓRIAS APAGADAS: O ENSINO DE HISTÓRIA E AS HISTÓRIAS NÃO CONTADAS DE UMA CIDADE MINEIRA (1976-2016)	
Maria Rita de Jesus Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.0162011021	
CAPÍTULO 2	14
EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UMA PROPOSTA DE VISIBILIZAR A LEI 10.639/2003 E DECOLONIZAR O CURRÍCULO NO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL MIGUEL ARCANJO, EM SÃO SEBASTIÃO – DISTRITO FEDERAL	
Técia Goulart de Souza Elison Antonio Paim	
DOI 10.22533/at.ed.0162011022	
CAPÍTULO 3	24
ÓRFÃOS DO ELDORADO DE MILTON HATOUM: UMA PROPOSTA DE LEITURA PARA A HISTÓRIA E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NA AMAZÔNIA	
Arcângelo da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.0162011023	
CAPÍTULO 4	37
HISTÓRIA INDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA: HÁ LUGAR PARA TEMPORALIDADES OUTRAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA?	
Edith Adriana Oliveira do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.0162011024	
CAPÍTULO 5	53
PAULO BOURROUL E O ENSINO DAS CIÊNCIAS NA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO NO FINAL DO SÉCULO XIX	
Matheus Luiz de Souza Céfalo	
DOI 10.22533/at.ed.0162011025	
CAPÍTULO 6	69
EDUCAÇÃO INFANTIL NA LEI FEDERAL Nº 10.639/03: INDIFERENÇA A SER SUPERADA	
Carla Santos Pinheiro Lauro de Freitas/Bahia	
DOI 10.22533/at.ed.0162011026	
CAPÍTULO 7	80
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR MEIO DA ILUMINAÇÃO SEMAFÓRICA DE BELO HORIZONTE: “PROJETO CIDADE REVELADA - INTERPRETAÇÃO E SINALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL”	
Ana Carolina Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.0162011027	

CAPÍTULO 8	91
PATRIMÔNIO CULTURAL E A HISTÓRIA LOCAL: UMA PESQUISA DO PROFHISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Antônia Lucivânia da Silva Paula Cristiane de Lyra Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0162011028	
CAPÍTULO 9	106
CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA OS ANOS INICIAIS	
Carollina Carvalho Ramos de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.0162011029	
CAPÍTULO 10	118
IMAGENS EM SALA DE AULA: O USO DE PINTURAS HISTÓRICAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Priscila Santos Calegari	
DOI 10.22533/at.ed.01620110210	
CAPÍTULO 11	131
CONTESTADO EM SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM O 1º ANO DO ENSINO MÉDIO	
Gerson Luiz Buczenko	
DOI 10.22533/at.ed.01620110211	
CAPÍTULO 12	141
ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL E INTERDISCIPLINARIDADE: UMA ANÁLISE DAS COLEÇÕES DE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E LÍNGUA PORTUGUESA	
Nádia Narcisa de Brito Santos	
DOI 10.22533/at.ed.01620110212	
CAPÍTULO 13	154
ARIANO SUASSUNA: A ESCRITA E A PRÁTICA DE UM PENSAMENTO EDUCACIONAL NO “BRASIL REAL”	
Aurea Maria Bezerra Machado	
DOI 10.22533/at.ed.01620110213	
CAPÍTULO 14	165
O (AUTO) BIOGRÁFICO NO PROCESSO FORMATIVO: DOCÊNCIA ORIENTADA NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	
Fabiana Regina da Silva Cristiane Medianeira da Silva Reis	
DOI 10.22533/at.ed.01620110214	
CAPÍTULO 15	180
A MISSÃO DAS UNIVERSIDADES: UMA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DAS PROPOSIÇÕES EDUCACIONAIS DE ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA	
Alexandre de Britto Redondo	
DOI 10.22533/at.ed.01620110215	

CAPÍTULO 16	194
UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: COTAS PARA ESTUDANTES NEGROS	
Josefa Neves Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.01620110216	
CAPÍTULO 17	208
SANTO INOCÊNCIO MÁRTIR: UM SANTO ITALIANO DO SÉCULO III EM TOMAZINA PR	
Jonathas Wilson Michelin Angelita Marques Visalli	
DOI 10.22533/at.ed.01620110217	
CAPÍTULO 18	221
A IGREJA E A FONTE DE NOSSA SENHORA D'AJUDA DE PORTO SEGURO (1551- 1761)	
Lucas de Almeida Semeão	
DOI 10.22533/at.ed.01620110218	
CAPÍTULO 19	233
AS HAGIOGRAFIAS SEISCENTISTAS DE JOSÉ DE ANCHIETA: PROJETOS POLÍTICOS E IDENTIDADES RELIGIOSAS EM CONCORRÊNCIA	
Camila Corrêa e Silva de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.01620110219	
CAPÍTULO 20	246
O SOCIAL NA ARTE SACRA DE E. P. SIGAUD: O CASO DAS PINTURAS MURAIIS MODERNISTAS NA CATEDRAL DE JACAREZINHO	
Luciana de Fátima Marinho Evangelista	
DOI 10.22533/at.ed.01620110220	
CAPÍTULO 21	258
A PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA NA DIOCESE DE MANAUS	
Elisângela Maciel	
DOI 10.22533/at.ed.01620110221	
CAPÍTULO 22	271
O DESAFIO DE PESQUISAR O ACERVO DAS ORDENS RELIGIOSAS FEMININAS EM PORTUGAL	
Tatiane de Jesus Chates	
DOI 10.22533/at.ed.01620110222	
CAPÍTULO 23	284
O DISCURSO PROTESTANTE PENTECOSTAL DA BÍBLIA DA MULHER ACERCA DA CONDIÇÃO FEMININA VERSUS O DISCURSO ORAL DAS FIEIS	
José Glauber Lemos Diniz Daniele Barbosa Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.01620110223	

CAPÍTULO 24	298
ARCEBISPO DA PARAÍBA DOM JOSÉ MARIA PIRES: RELIGIÃO E POLÍTICA ENTRE OS ANOS DE 1965-1985	
Naiara Ferraz Bandeira Alves	
DOI 10.22533/at.ed.01620110224	
CAPÍTULO 25	308
PERSPECTIVAS HISTÓRICAS ACERCA DOS DISCURSOS SOBRE A MA'AT N'AS LAMENTAÇÕES DE KHA-KHEPER-RÉ-SENEB	
Victor Braga Gurgel	
DOI 10.22533/at.ed.01620110225	
CAPÍTULO 26	321
APONTAMENTOS PARA UM ESTUDO DA EMERGÊNCIA DO CONCEITO DE FOLCLORE NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO O CASO DE SILVIO ROMERO	
Manoel Carlos Fonseca de Alencar	
DOI 10.22533/at.ed.01620110226	
CAPÍTULO 27	330
NICOLAU ALEKHINE NO ARQUIVO IPHAN-SP: UMA ABORDAGEM ETNOGRÁFICA	
Rafael de Araújo Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.01620110227	
CAPÍTULO 28	340
COMPANHIA TEATRO MODERNO DE LISBOA (TML): ENGAJAMENTO, RESISTÊNCIA E CRIAÇÃO CULTURAL NOS ANOS 1960	
Kátia Rodrigues Paranhos	
DOI 10.22533/at.ed.01620110228	
CAPÍTULO 29	351
ACAMPAMENTO E CULTURA POLÍTICA: ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES – RJ (1997-2015)	
Elson dos Santos Gomes Junior	
DOI 10.22533/at.ed.01620110229	
CAPÍTULO 30	363
O RAP INTERCULTURAL CONSTRUINDO UMA REPRESENTAÇÃO HÍBRIDA DA CIDADE DE MANAUS (1989 A 1999)	
Richardson Adriano de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.01620110230	
SOBRE OS ORGANIZADORES	376
ÍNDICE REMISSIVO	377

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR MEIO DA ILUMINAÇÃO SEMAFÓRICA DE BELO HORIZONTE: “PROJETO CIDADE REVELADA - INTERPRETAÇÃO E SINALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL”

Data de aceite: 27/01/2020

Data de Submissão: 04/11/2019

Ana Carolina Pereira

Mestre em Patrimônio Cultural, Paisagem e Cidadania pela Universidade Federal de Viçosa - UFV

Viçosa - Minas Gerais

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4796897359278154>

RESUMO: A educação patrimonial pode se realizar em diversos espaços de aprendizagem e por meio de diferentes dispositivos comunicacionais, devido a esses motivos o presente trabalho visa apresentar como a Prefeitura de Belo Horizonte buscou valorizar seus bens culturais por meio da instalação de luzes semaforicas nas faixas de pedestres com escorços que representam os principais monumentos da capital mineira.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Patrimonial; Patrimônio Cultural; Cidade; Belo Horizonte; Semáforo.

Entre os diversos elementos que podem ser estudados para se entender um dado cenário social está a cidade, assim como os bens culturais que nela são produzidos,

disseminados e consumidos, pois esses dois elementos antrópicos sofrem modificações de acordo com as transformações que os indivíduos promovem nas distintas esferas relacionais, como a econômica, a política, a sociabilidade, a tradição, entre outras.

As cidades, portanto, são passíveis de serem interpretadas como lugares que proporcionam a formação de conhecimento acerca de como as experiências são e eram estabelecidas, ou seja, elas permitem que os sujeitos saibam a partir das investigações das paisagens citadinas - e dos elementos que remetem as vivências experimentadas ao longo do tempo - como se processou as mudanças nas identidades, nos laços de pertencimento, nas memórias coletivas e nas pessoais. A partir dos “vestígios”, ou melhor, dos artefatos que foram deixados na *urbe* pode-se entender as relações que os moradores estabeleceram, ou formam hodiernamente, com os locais que constroem, pois:

Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação. Mas o homem, um ser dotado de sensibilidade, busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e vai

pouco a pouco substituindo a sua ignorância do entorno pelo conhecimento, ainda que fragmentário. O entorno vivido é lugar de uma troca, matriz de um processo intelectual (SANTOS, 2002, p. 81).

A desvinculação com a dinâmica do cotidiano urbano gera perda dos laços de pertencimentos. Nas palavras de Santos, tal ruptura produz “alienação” com o local no qual múltiplas sociabilidades eram/são produzidas. Quando essas relações com a coletividade e com os elementos que a constitui os são enfraquecidas ou interrompidas por causa de algum fato social (econômico, político, religioso, entre outros) há a suplantação da cultura, da identidade, bem como da memória, gerando, portanto, o processo de desenraizamento¹. Esse impossibilita que os indivíduos participem de forma ativa das atividades concernentes a reprodução de costumes e de tradições locais, impede também que se estabeleça relações entre o passado e o presente, bem como entre estas duas temporalidades para planejar o porvir.

As cidades e os seus habitantes estabelecem uma relação dialética num contexto no qual a organização social permite que o enraizamento seja continuamente exercido, pois ambos influenciam as maneiras como a sociabilidade é fundada, praticada e difundida. Os indivíduos, a partir de um escopo de tradições e de costumes comuns, concatenam-se moldando, transformando e atribuindo valor aos elementos da paisagem citadina e de seu entorno para responder às necessidades de um presente, como também futuras, o que implica que - durante esse processo - escolhem quais elementos possuem relevância para serem salvaguardados, quais irão ser modificados ou retirados da paisagem urbana, uma vez que:

Aquilo, por exemplo, a que chamamos de bens culturais não tem em si sua própria identidade, mas a identidade que os grupos sociais lhe impõem. Assim, para falar em arte - que é um campo que não esgota a cultura, mas permite compreendê-la em aspectos cruciais - pode-se afirmar, por exemplo, que não existem valores estéticos universais e permanentes (MENESES, 1996, p. 92).

A valorização dos bens culturais é, portanto, repleto de historicidade e de escolhas, essas em sua maioria são eivadas de padrões socialmente aceitos e

1 Para Simone Weil:

um ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivo certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, ou seja, ocasionada automaticamente pelo lugar, nascimento, profissão, meio. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber a quase totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios dos quais faz parte naturalmente.

Para a autora a partir do momento em que houve a especialização do conhecimento houve desenraizamento, pois, a cultura passou a ser desenvolvida “num meio muito restrito, separado do mundo, numa atmosfera confinada, uma cultura consideravelmente orientada para a técnica e influenciada por ela, muito tingida pelo pragmatismo, extremamente fragmentada pela especialização [...]” (WEIL, 2001, p. 43-45).

políticos. Os espaços da *urbe* influenciam na formação das redes de relacionamentos sociais, da mesma forma que os agentes históricos os modificam, isso torna difícil saber com exatidão e mesmo mensurar quem, ou o que, exerce atuação em quem. Ambos, por sua vez, intervêm na formação da representação alegórica, mnemônica, identitária, nas relações afetivas, imaginárias e sensoriais. E por causa dessa dialética é que a cidade é considerada um lugar (material e simbólico) propício para empreender iniciativas de ensino-aprendizagem, pois segundo James Trilla Bernet (1997, p. 18):

todas las ciudades, mucho o poco, bien o mal, educan. Y educan no sólo en tanto que en ellas hay escuelas y otros determinados agentes educativos, sino en tanto que la ciudad - cada ciudad - constituye una estructura, un sistema. Y ya se sabe que un sistema siempre es más que la suma de sus elementos. Por tanto, las ciudades, todas las ciudades, educan y educan como un todo.

En este sentido, incluso podría ensayarse una línea maximalista de reflexión que intentara argumentar no sólo que las ciudades educan, sino que son ellas el ámbito privilegiado de la educación².

E para promover a educação diversas instituições (estatais ou não) podem levar os cidadãos a não apenas olhar, mas ver e ler a diversidade (diferentes credos, costumes, valores, modos de viver, etc.) contida na cidade, ou seja, interpretar as múltiplas manifestações culturais. Assim, os entes locais devem fomentar e executar ações que promovam um diálogo entre os diversos segmentos da sociedade para que se reconheça o contexto no qual se vive, compreendendo, portanto, como a coesão social se processa em um quadro tão plural; de que maneira a cultura cidadina ajuda nessa integração e se ela promove na localidade (e como se viabiliza) o desenvolvimento humano de modo sustentável e criativo. Tais atos da Administração Pública, bem como das entidades privadas e organizações civis, devem tentar fomentar mecanismos que possibilitem que os cidadãos observem como “[...] una ciudad que se relaciona con su entorno; otros núcleos urbanos de su territorio y ciudades de otros países. Su objetivo constante será aprender, intercambiar, compartir y, por lo tanto, enriquecer la vida de sus habitantes” (CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, 2001, p. 01)³.

2 James Trilla argumenta, em seu texto, que o todo meio urbano possui elementos que promovem a educação juntamente com a rede escolar, organismos civis e ambientes informais, assim o seu pensamento traduzido para o português expressa a seguinte ideia:

Todas as cidades, muito ou pouco, bem ou mal, educam. E não educam sozinhas, tanto que há nelas escolas e outros determinados agentes educativos, mas enquanto cidade - cada cidade - ela constitui uma estrutura, um sistema. E já se sabe que um sistema é sempre mais do que a soma dos seus elementos. As cidades, portanto, todas as cidades, educam e educam como um todo.

Neste mesmo sentido, o ensino é uma linha maximalista de reflexão que tentou argumentar que não só as cidades educam, mas que elas são um campo privilegiado de educação. (Tradução livre).

3 Deve-se observar também como “[...] uma cidade que se relaciona com os arredores; [com] outros núcleos urbanos de seu território e [com] cidades de outros países. Seu objetivo constante será aprender, trocar, compartilhar e, portanto, enriquecer a vida de seus habitantes”. (Tradução livre).

O conjunto de ações que visa estabelecer espaços inclusivos, meios para que as decisões sejam mais participativas, melhoria das condições de vida dos moradores e mecanismos que permitam exercer de forma plena a cidadania faz parte das premissas da cidade educadora⁴ e essa é definida da seguinte forma:

Uma Cidade Educadora é aquela que, para além de suas funções tradicionais, reconhece, promove e exerce um papel educador na vida dos sujeitos, assumindo como desafio permanente a formação integral de seus habitantes. Na Cidade Educadora, as diferentes políticas, espaços, tempos e atores são compreendidos como agentes pedagógicos, capazes de apoiar o desenvolvimento de todo potencial humano (CIDADES EDUCADORAS, s/d).

A “Carta das Cidades Educadoras” - documento elaborado após um congresso na Espanha, em 1990 - diz que dentre os diferentes modos que uma cidade educadora se realiza é na cultura, por isso a formação permanente da população deverá ser prioridade. Como a educação que tem como um de seus fundamentos o trabalho com os bens culturais deve também ser “um processo permanente e sistemático” (HORTA, 1999, p. 06), as atividades com elementos patrimoniais podem ser incorporadas dentro das diretrizes das cidades educadoras, pois é uma ferramenta capaz de gerar aprendizados que ampliam as percepções históricas acerca do urbano e do patrimônio citadino.

O município de Belo Horizonte é integrante da “Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE)” e promove várias atividades que seguem as referências para a constituição de políticas públicas educativas que fomentam a reflexão e a vivência da cidade. Entre as iniciativas estão os programas “Vila Viva”, “Superar”, “Infoinclusão das comissões regionais no gerenciamento do transporte e trânsito de Belo Horizonte”, “BH Digital - Informática para todos”, “Caminhos da Cidade”, “Colcha de Memória”, “Onde Mora a Minha História?”, os três últimos foram iniciativas voltadas para a educação patrimonial⁵.

Tendo como embasamento a premissa que diferentes espaços podem ser um agente pedagógico, foi elaborado pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) o “Projeto Cidade Revelada - interpretação e sinalização do patrimônio histórico e cultural” que não faz parte oficialmente do conjunto de ações da agenda das cidades educadoras. Tal proposta, porém, poderia ser considerada uma ação que cumpre alguns preceitos elencados na “Carta das Cidades Educadoras”, entre eles os que preconizam que “el gobierno municipal deberá dotar a la ciudad de los espacios, equipamientos y

4 Edgar Faure, em 1972, elaborou um relatório no qual argumentava que a cidade deveria ganhar centralidade nas ações educacionais. O “I Congresso Internacional de Cidades Educadoras”, em Barcelona, reforçou a ideia do autor que todos os agentes cidadãos são corresponsáveis e são colaboradores no processo de aprendizagem.

5 Para saber detalhes de cada um dos programas acima citados, bem como acerca de outras iniciativas realizadas na capital mineira consultar os dados disponíveis em: <http://w10.bcn.es/APPS/edubidce/pubExperienciasAc.do?accio=cercar&quants=0&ce=402&pubididi=2>

serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os habitantes [...]” (2004, p.05)⁶ e que o âmbito estatal deve fomentar o diálogo entre as gerações para a busca de projetos comuns, bem como o intercâmbio de conhecimentos entre as pessoas com faixas etárias distintas, pois o patrimônio envolve a memória, os usos e as interpretações de diversas temporalidades. As ações desenvolvidas dentro do “Projeto Cidade Revelada” são também norteadas pelo seguinte compromisso elencado na carta elaborada após o I Congresso Internacional das Cidades Educadoras:

La ciudad ha de saber encontrar, preservar y presentar su propia y compleja identidad. Ello la hará única y será la base para un diálogo fecundo en su interior y con otras ciudades. La valoración de sus costumbres y de sus orígenes ha de ser compatible con las formas de vida internacionales. De este modo podrá ofrecer una imagen atractiva sin desvirtuar su entorno natural y social.

A su vez, promoverá el conocimiento, aprendizaje y uso de las lenguas presentes en la ciudad como elemento integrador y factor de cohesión entre las personas (Idem, p.04).

O “Projeto Cidade Revelada” utilizou os semáforos para valorizar os bens culturais da capital mineira, ou seja, a partir da troca dos convencionais códigos dos dispositivos de comunicação visual para ordenar o trânsito de pedestres - que são padronizados, hoje, internacionalmente por silhuetas humanas em deslocamento com a cor verde, ou paradas na tonalidade vermelha - por desenhos com o contorno dos edifícios considerados patrimônios belo-horizontinos. Como os sinais de transeuntes com a representação de artefatos culturais - ficam próximos às construções - o olhar do passageiro que deseja cruzar uma via pública é instigado a decodificar os novos símbolos e torná-los inteligíveis, assim o estímulo luminoso do farol pode levá-lo a visitar o bem protegido, a rememorar os conhecimentos acerca dos casarios da cidade ou mesmo pesquisar a história e a arquitetura do entorno, bem como, posteriormente, buscar informações acerca da formação da cidade.

Os escorços semaforicos com silhuetas que retratam os bens patrimoniais da capital mineira tiveram como objetivo promover e/ou reforçar os vínculos dos cidadãos com alguns dos elementos culturais da cidade, com diferentes espaços dentro do urbano e com múltiplos valores “estampados” nas edificações belo-horizontinas. A Prefeitura de Belo Horizonte tentou, dessa maneira, criar um projeto que ajudasse a fortalecer os laços (os sentimentos) de pertença com a *urbe*. Tal iniciativa foi realizada a partir da parceria entre três entidades pertencentes à estrutura administrativa da capital mineira, a saber: a Fundação Municipal de Cultura (FMC), a Empresa Municipal de Turismo (Belotur) e a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTRANS).

⁶ O excerto em língua espanhola citado acima afirma que “O governo municipal deverá dotar a cidade com espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os seus habitantes [...]” (Tradução livre).

O projeto gráfico das máscaras dos faróis foi desenvolvido pelos técnicos da FMC juntamente com os empregados da Belotur e a implantação delas nos semáforos ficou sob responsabilidade da BHTRANS. A partir de informações levantadas durante uma conversa informal, por telefone, com o antigo gerente de semáforos e programação da BHTRANS, a confecção das películas com a representação dos monumentos não gerou custos aos cofres públicos porque a empresa possuía na época material em estoque, adquiridas em licitações realizadas anteriormente, para a manutenção periódica dos sinais luminosos para pedestres.

Os primeiros sinais luminosos foram instalados na Inglaterra, na segunda metade do século XIX, inspirados na sinalização das ferrovias. Só foram, porém, reimplantados com sistematização a partir de 1914, por causa do aumento de acidentes, seguindo, também, as mesmas cores utilizadas para os trens, ou seja, verde e vermelha. Diante desse quadro, o psicólogo e sociólogo de trânsito Karl Peglau propôs uma diferenciação no formato dos sinaleiros para automóveis a fim de facilitar o reconhecimento dos comandos para as pessoas que possuíssem dificuldade em reconhecer os matizes de coloração. Assim, ao invés três círculos luminosos, ter-se-ia um retângulo para quando o condutor tivesse que interromper percurso, uma circunferência para diminuir a velocidade porque o tráfego será interrompido e uma seta para cima para significar prosseguimento do trajeto.

A primeira ocorrência de mudança dos símbolos semaforicos de transeuntes, após a padronização mundial, foi atribuída a um projeto desenvolvido também por Peglau, na então Alemanha Oriental, em 1961. Anteriormente, a sinalização para pedestres seguia o mesmo modelo dos sinais para carros, ou seja, eram redondos com variação de coloração para parar, desacelerar ou seguir, nas cores vermelha, amarela e verde, respectivamente.

Para os pedestres, Peglau elaborou um desenho batizado de *Ampelmann* (“o homem do semáforo”) ou popularmente chamando de *Ampelmännchen* (“o homenzinho do semáforo”) para distinguir os sinais de siga e de pare. Diferentemente da primeira ideia do estudioso, a proposta para os passantes se popularizou e após a queda do muro que separava Berlim em dois regimes político-econômicos (capitalista e socialista), o *Ampelmann* se tornou um ícone da cidade unificada, sendo utilizado, hodiernamente, em diversos *souvenires*, pois os moradores da capital alemã criaram uma afetividade por tal representação humana com um chapéu que com o passar do tempo ela se tornou um elemento identitário berlinense, ou seja, um bem do patrimônio da localidade.

A ideia da valorização patrimonial por meio da divulgação dos bens utilizando a iluminação dos postes de andantes também ocorreu em outras cidades. No município de São Paulo, por exemplo, os semáforos da região do Ibirapuera passaram a ilustrar os contornos do Monumento às Bandeiras, em julho de 2013. Realizada pela CET

(Companhia de Engenharia de Tráfego), a capital paulista substituiu 400 aparelhos nos meses seguintes, homenageando 80 pontos turísticos, como museus, teatros, praças e igrejas. Em matéria veiculada no portal G1, em 29 de julho de 2013 e 8 de agosto de 2013, bem como em matéria da Folha, de 10 de novembro de 2013 - este projeto mostrou objetivo também análogo ao da capital mineira - “enaltecer o patrimônio cultural da cidade e a sua memória” (G1, 2013; FOLHA, 2013).

O *release* elaborado pela Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte fundamenta que as instalações de máscaras nos semáforos de pedestre - em substituição à tradicional sinalização com a silhueta de uma pessoa parada ou atravessando uma rua - pelo desenho que representa um bem cultural da capital mineira teve “[...] a finalidade de representar e revelar à população seus respectivos monumentos” e ainda alega que:

O projeto tem como objetivo enaltecer os principais patrimônios culturais da cidade, destacando ícones culturais consagrados patrimônios da cidade por seus valores históricos e preceitos arquitetônicos. A ideia é conduzir e despertar curiosidade na população, voltando a atenção das mesmas para um novo olhar sobre a cidade, de forma que edifique as construções que integram essa memória [sic] (FMC, 2016).

O projeto Cidade Revelada privilegiou o patrimônio material, deixando de abordar a diversidade dos grupos que vivem no espaço citadino e o caráter imaterial que toda cidade possui e que permitem analisar as tradições pretéritas - assim como as praticadas no presente. Apesar dos esforços dos entes públicos envolvidos em divulgar amplamente os bens culturais de Belo Horizonte, eles buscaram maneiras não convencionais. A escolha dos órgãos municipais, entretanto, contemplou apenas elementos do patrimônio edificado, bem como aqueles que são institucionalmente reconhecidos. Esse fato mostra que vigora, ainda, na Prefeitura de Belo Horizonte a visão clássica, ou seja, que os representantes da cultura de uma localidade são, em sua maioria, apresentados/retratados por meio dos artefatos constituídos de “pedra e cal”.

Os gestores do projeto poderiam ter escolhido como um dos elementos imateriais belo-horizontinos a “Feira de Artes, Artesanato e Produtores de Variedades”, essa acontece todos os domingos, desde 1969, (atualmente ela é montada na Avenida Afonso Pena), pois a Feira Hippie, como popularmente é conhecida, constitui-se em um evento que permeia a memória e a identidade dos moradores. As entidades envolvidas no projeto elegeram alguns locais nos quais atividades teatrais acontecem para figurarem nas máscaras semaforicas, de certa forma, representaram um aspecto imaterial da cidade que é oficialmente reconhecido como bem cultural da cidade, pois as artes cênicas é uma manifestação registrada como patrimônio pelo município, porém optou-se retratar o aspecto edificado para figurar nos semáforos.

O projeto contou com duas fases de implantação. A primeira iniciou-se no mês

de março de 2016, com a implantação das primeiras máscaras nos seguintes pontos da região central: Rua da Bahia, Avenidas Afonso Pena e Álvares Cabral, Centro de Referência da Moda, Museu da Imagem e do Som, Praça da Estação e entorno do Museu Inimá de Paula, Espaço Cento e Quatro, Conservatório da UFMG, Funarte, Prefeitura, Serraria Souza Pinto, Teatro Francisco Nunes, Teatro Marília, Cine Theatro Brasil Vallourec e Museu de Artes e Ofícios. Instalou-se, algumas, no entorno da Orla da Lagoa da Pampulha e houve, também, intervenções nas proximidades do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB).

A segunda etapa do projeto quinze igrejas e templos religiosos foram homenageados em 160 semáforos para pedestres. As edificações contempladas foram: 2ª Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte, Igreja de Nossa Senhora das Dores, 1ª Igreja Batista de Belo Horizonte, Capela Nossa Senhora do Rosário, Igreja São José, Igreja Metodista do Brasil, 1ª Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte, Capela do Instituto Metodista Izabela Hendrix, Igreja Santa Efigênia, Igreja Nossa Senhora de Fátima, Igreja Ortodoxa São Jorge, Igreja do Sagrado Coração de Jesus, Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, Igreja de Nossa Senhora da Consolação e Correia e Capela da Igreja de Nossa Senhora do Líbano.

Houve um ligeiro avanço quanto aos templos escolhidos pelas entidades municipais para serem retratados nos semáforos, uma vez que não ficaram restritos bens de matriz católica, como costumeiramente foram eleitos desde os primeiros anos do trabalhos de preservação oficial, pois o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)⁷ pautou, na maioria das vezes, pela valorização do barroco brasileiro⁸. Deixou-se de contemplar, porém, religiões não cristãs ou mesmo de matriz afro-brasileira, apesar da cidade ter em sua lista de patrimônios tombados o terreiro de Candomblé Ilê Wopo Olojukan (localizado na zona norte da Cidade)⁹

7 Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi fundado por meio da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, juntamente com o estabelecimento de suas atividades por intermédio do Decreto-Lei nº 25, de novembro do mesmo ano e esta norma criou também o instituto de acautelamento do patrimônio denominado “tombamento”. Tal forma de proteção legal normalmente é realizado visando a preservação e a restauração, logo tomar um bem cultural equivale a registrar, resguardar, controlar e zelar o que é de interesse do Estado e da sociedade. A Constituição Federal de 1988 reforçou tal tipo de tutela e ampliou o rol de medidas possíveis para a defesa patrimonial o seu artigo 216, § 1, que diz que: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 2008).

8 A escolha do barroco como um símbolo da “origem” da arte “genuinamente” brasileira foi realizada a partir da necessidade do governo da década de 1930 de se legitimar - pois após com o rompimento do modelo liberal precisava criar alegorias pátrias para criar uma tradição - e de conter a evasão de bens considerados importantes para a formação da identidade e da memória nacional. O barroco foi considerado pelo movimento intelectual modernista - iniciado no decênio anterior - como a primeira manifestação artística que não era apenas uma reprodução das técnicas ou uma cópia dos cânones europeus, pois os artífices barrocos inovaram nos materiais utilizados, nas técnicas (adaptadas ao meio e aos recursos disponíveis) e porque deixaram visíveis as concepções de mundo que sociedade, na qual viviam, possuíam (OLIVEIRA, 2008, p. 87).

9 No ano de 1995 - por causa das comemorações dos trezentos anos da morte de Zumbi dos Palmares - houve várias discussões acerca da necessidade de incorporar ao rol do de Patrimônio

e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá (estabelecida na região do Barreiro).

A repercussão na época, segundo a BHTRANS, foi positiva, pois o número de depredações dos equipamentos semaforicos diminuiu e pode-se observar na reportagem do jornal Estado de Minas que os pedestres paravam para observar a representação dos monumentos e para baterem fotos ao lado das novas máscaras (para tirarem *selfies*). Assim, pode-se concluir que cidade de Belo Horizonte tentou encontrar maneiras e métodos para efetuar a preservação dos bens culturais, dos elementos que formam a(s) memória(s) e a(s) identidade(s) de seus moradores de maneira mais democrática, ativa e permanentemente.

Os cidadãos tiveram contato com um elemento que tinha como intuito instigar a reflexão e a compreensão dos elementos que formam a cidade e seu entorno, assim equipamentos cotidianos passaram a cumprir um papel educacional, como preconiza James Trilla Bernet (1997, p. 17), pois a relação entre a *urbe* e a educação possui três dimensões possíveis. A primeira seria quando se é capaz de “aprender na cidade”, pois esta - além dos recursos pedagógicos planejados para realizar a educação - possui mecanismo cumprem exercem papel educacional não formais e informais, bem como acontecimentos educativos ocasionais, os espaços de vivência que educam de maneira indireta, entre outros.

O segundo aspecto seria a perspectiva de “aprender acerca da cidade” porque ela é um agente de educação, permitindo, assim, que se conheça e se entenda de maneira direta elementos da cultura, dos valores, das normas, das atitudes sociais, bem como outros aspectos praticados em seu território. E o último nível seria o “aprender a cidade”, uma vez que ela contém diversos recursos educacionais que promovem uma aprendizagem acerca dela mesma. E no presente caso foram os semáforos de pedestre foram utilizadas na tentativa de promoção de ações continuadas de valorização do patrimônio, entretanto, nota-se que devido mudanças no cenário político ela não teve a terceira fase elaborada tal qual previa o projeto inicial e a salvaguarda da documentação produzida ao longo da implantação do projeto, nas três entidades envolvidas não tiveram o adequado tratamento e armazenamento.

As ações conjuntas entre diversas entidades públicas e os diferentes setores que formam a sociedade devem, portanto, ter como objetivo pensar políticas, bem como programas, que visem resultados em longo prazo, a difusão mais democrática

Cultural de Belo Horizonte bens que representavam a cultura afro-brasileira inserindo e reforçando a importância dos negros na identidade da cidade (antes agentes históricos praticamente ausentes nas narrativas oficiais da capital mineira), assim foram tombados o Terreiro de Candomblé Ilê Wopo Olojukan e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá. Vale salientar que foram os locais onde as celebrações aconteciam que foram protegidos, pois o instituto do registro só viria a ser criado no ano de 2000.

dos conhecimentos acerca dos bens culturais e criação de mecanismo que tornem o acesso a produção de saberes mais universal. Dessa forma, essas políticas podem reforçar o senso de corresponsabilidade nos moradores e, conseqüentemente, gerar o fortalecimento da identidade com o local e da pertença.

REFERÊNCIAS

ABEETRANS. **Jornal da Associação Brasileira das Empresas de Engenharia de Trânsito**. Edição 10, São Paulo, maio de 2016. Disponível em: http://abeetrans.com.br/abeetrans/news/Abeetrans_News_10.pdf Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. Disponível em: <http://www.edcities.org/> Acesso em: 29 de março de 2019.

BHTRANS. **Igrejas de BH agora nos semáforos**. Disponível em: <http://bhtrans.pbh.gov.br/portal/page/portal/portalpublico/Temas/Noticias/Igrejas%20de%20BH%20agora%20nos%20sem%C3%A1foros> Acesso em: 26 de novembro de 2018.

BIDCE. **Banco Internacional de Documentos das Cidades Educadoras**. Disponível em: <http://w10.bcn.es/APPS/edubidce/pubExperienciesAc.do?accio=cercar&quants=0&ce=402&pubididi=2> Acesso em: 30 de março de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Belo Horizonte: Líder, 2008.

CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, 2004. Disponível em: http://www.bcn.cat/edcities/esp/carta/carta_ciudades.pdf Acesso em: 22 de fevereiro de 2017.

CIDADES EDUCADORAS. Disponível em: <https://ciudadeseducadoras.org.br/conceito/> Acesso em: 22 de fevereiro de 2019.

FOLHA. **De Masp a Pacaembu, pontos turísticos viram semáforos para pedestres em SP**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2013/11/1368698-de-masp-a-pacaembu-pontos-turisticos-viram-semaforos-para-pedestres-em-sp.shtml> Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE. **Semáforos que valorizam o patrimônio** (*Release*). Belo Horizonte: FMC, 2013. 01 p.

G1. **Semáforo para pedestres ganha novo design na região do Ibirapuera**. São Paulo, julho de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/07/semaforo-para-pedestres-ganha-novo-design-na-regiao-do-ibirapuera.html> Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

G1. **Semáforo para pedestres ganha novo design no Masp**. São Paulo, agosto de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/08/semaforo-para-pedestres-ganha-novo-design-no-masp.html> Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

MENESES, U. B. **A psicologia social do campo do patrimônio material**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 4, p. 283-290, jan/dez. 1996.

NEGRISOLI, Lucas. **BH consumiu a si própria em poucas décadas, expondo sua desigualdade**. Portal UAI, Belo Horizonte, 18 jan. 2019. Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2019/01/18/noticia-e-mais,240387/bh-consumiu-a-si-propria-em-poucas-decadas-expondo-sua->

desigualdade.shtml Acesso em: 28 de junho de 2019.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PEREIRA, Ana Carolina. **Ações de Educação Patrimonial Realizadas pelo IEPHA-MG**: entre os anos de 2005 a 2010. Viçosa, 2017. Dissertação de Mestrado - Departamento de História - Universidade Federal de Viçosa.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. **Cidade e suas crises, o patrimônio pelo viés da memória**. In: BARRIO, Angel Espina; MOTTA, Antônio e GOMES, Mário Hélio (Orgs.). Inovação Cultural, Patrimônio e Educação. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009. p.188-197.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Iphan 1937–2017. nº 35. Brasília: MINC, 2017.

TRILLA BERNET, Jaume. **Cidades Educadoras**: bases conceptuales. In: ZAINKO, Maria Amélia Sabbag (org.). Cidades Educadoras. Curitiba: Editora da UFPR, 1997.

WEIL, Simone. O Enraizamento. Bauru: EDUSC, 2001.

WERNECK, Gustavo. **Semáforos de Belo Horizonte ganham máscaras que reproduzem ícones históricos**. Estado de Minas, Belo Horizonte, 31 março 2016. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/03/31/interna_gerais,748763/semaforos-de-belo-horizonte-ganham-mascaras-que-reproduzem-icone-hist.shtml?fbclid=IwAR2dbtAZ3jPP3_8JukLNyBSZkN1RoSGschGT7qAlwnvexPDKQ7xQArBJsLc Acesso em: 22 de março de 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ariano suassuna 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164
Armando de salles oliveira 180, 181, 182, 183, 184, 186, 188, 190, 192
Arte sacra 246, 253, 255
Assentamento 337, 351, 353, 354, 355, 356, 358, 359, 360, 361, 362

B

Bíblia 211, 215, 284, 286, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297
Biografia 166, 178, 200, 219, 233, 235, 241, 243, 244, 299, 330, 331, 332

C

Consciência histórica 19, 47, 50, 51, 106, 108, 109, 110, 115, 117, 134, 135, 138, 166, 172, 173
Contestado 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140
Cotas 181, 182, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 202, 203, 205, 206
Cultura 7, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 24, 26, 29, 30, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 51, 55, 56, 61, 69, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 88, 89, 90, 93, 95, 103, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 130, 143, 147, 148, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 172, 174, 181, 184, 185, 187, 190, 192, 194, 196, 202, 203, 204, 216, 220, 236, 245, 261, 270, 277, 280, 281, 289, 290, 297, 299, 306, 307, 320, 321, 322, 323, 326, 328, 329, 343, 344, 351, 353, 357, 358, 360, 361, 362, 363, 366, 368, 369, 371, 374, 375, 376
Cultura política 270, 299, 306, 307, 351, 353, 357, 358, 360, 361, 362, 376
Currículo 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 37, 43, 47, 49, 53, 56, 57, 58, 60, 63, 64, 67, 68, 77, 79, 80, 96, 104, 107, 111, 120, 121, 122, 194

D

Diocese 102, 246, 251, 253, 255, 256, 258, 259, 264, 266, 269, 270
Discurso 4, 5, 15, 24, 31, 49, 78, 102, 124, 128, 129, 153, 155, 180, 183, 186, 187, 233, 238, 239, 241, 243, 255, 256, 274, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 291, 292, 293, 294, 296, 297, 300, 302, 303, 304, 305, 306, 314, 315, 317, 375

E

Educação infantil 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 107, 206
Educação patrimonial 80, 83, 89, 90, 91, 92, 93, 332
Egito 156, 308, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 318, 319
Ensino das ciências 53, 54, 58, 62, 67
Ensino de história 1, 2, 12, 15, 19, 24, 37, 39, 44, 49, 51, 68, 91, 92, 99, 103, 106, 108, 117, 118, 119, 124, 129, 130, 153, 171, 172, 177, 179
Ensino fundamental 14, 15, 16, 21, 44, 70, 75, 93, 102, 104, 107, 118, 120, 123, 128, 129, 130, 132, 138, 139
Ensino médio 75, 123, 131, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 152
Escravidão 5, 7, 9, 31, 43, 138, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 151, 152, 153, 201, 346, 376
Etnografia 47, 216, 332

F

Folclore 14, 164, 321, 322, 328

Formação de professores 54, 55, 68, 76, 79, 106, 107, 108, 109, 178, 179

H

Hagiografia 214, 233, 236

História da educação 54, 68, 130, 165, 166, 171, 172, 174, 175, 177, 179, 192, 194

História indígena 35, 37, 40, 42, 44, 48, 49, 50, 51

I

Igreja 87, 92, 100, 148, 199, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 237, 239, 240, 241, 243, 246, 247, 248, 250, 251, 252, 254, 257, 258, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 268, 270, 274, 276, 282, 289, 290, 291, 292, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 322, 343, 347

Interdisciplinaridade 19, 141, 142, 145, 146, 148, 149, 150, 152, 153, 178

Iphan 90, 105, 330, 331, 332, 335, 336, 337, 338, 339

J

José de anchieta 225, 229, 232, 233, 234, 235, 239, 240, 241, 242, 244

L

Lei federal 14, 69, 70, 72, 78

Leitura 1, 2, 3, 24, 29, 62, 113, 114, 115, 118, 119, 125, 127, 128, 156, 160, 174, 231, 268, 272, 277, 282, 284, 286, 290, 291, 292, 293, 294, 297, 306, 340, 345, 360

Livros didáticos 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 59, 63, 66, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 138, 140, 141, 142, 146

M

Manaus 26, 35, 36, 258, 259, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375

Mártir 43, 208, 209, 214, 216, 217, 218, 219, 263

Memória 1, 2, 10, 13, 14, 24, 26, 28, 33, 34, 35, 36, 42, 50, 51, 52, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 90, 93, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 105, 112, 124, 130, 131, 132, 133, 136, 139, 140, 141, 151, 152, 155, 167, 172, 179, 219, 228, 231, 235, 237, 276, 300, 307, 308, 310, 318, 319, 331, 362, 371, 376

Murais 18, 246, 247, 248, 253, 256, 257

N

Negritude 1

O

Ordens religiosas 236, 237, 240, 243, 271, 272, 273, 274, 278, 279, 280, 281, 282, 283

P

Paraíba 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 104, 156, 160, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 308
Patrimônio cultural 80, 86, 87, 91, 92, 93, 94, 95, 103, 104, 256, 330, 332, 338
Patrimônio histórico 80, 83, 87, 89, 90, 330, 335
Paulo bourroul 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67
Pensamento educacional 154
Pensamento social brasileiro 321, 326, 328
Pinturas históricas 118, 120, 123, 124, 125, 127, 128, 129
Política 14, 17, 21, 23, 36, 42, 48, 49, 56, 59, 68, 80, 105, 119, 121, 122, 129, 135, 155, 156, 160, 161, 171, 174, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 202, 205, 206, 207, 233, 240, 241, 242, 243, 247, 261, 270, 285, 288, 289, 291, 298, 299, 302, 304, 305, 306, 307, 312, 313, 314, 320, 325, 335, 340, 342, 343, 344, 349, 351, 353, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 373, 374, 376
Políticas afirmativas 21, 22, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206
Porto seguro 103, 126, 128, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231
Portugal 97, 178, 208, 214, 219, 223, 227, 229, 232, 245, 269, 271, 272, 274, 281, 282, 283, 323, 324, 325, 340, 341, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350
Profhstória 37, 91

R

Rap 363, 364, 365, 366, 369, 370, 371, 373, 374, 375
Religião 5, 19, 73, 102, 175, 209, 210, 212, 215, 245, 264, 265, 272, 274, 282, 298, 302, 303, 313

S

Sala de aula 2, 12, 14, 20, 22, 40, 45, 49, 65, 91, 93, 95, 109, 118, 121, 123, 124, 125, 128, 129, 131, 133, 134, 136, 139, 161, 163, 168, 176, 177, 339
Santo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 100, 101, 102, 118, 164, 208, 209, 210, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 224, 225, 226, 228, 230, 231, 236, 239, 244, 248, 251, 252, 259, 276, 277, 281, 301, 343, 371

T

Teatro 19, 51, 87, 154, 156, 157, 161, 162, 163, 164, 180, 183, 262, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 348, 349, 350, 369

U

Universidades 39, 162, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 192, 194, 196, 197, 198, 200, 205, 285, 305

Z

Zumbi dos palmares 87, 351, 353, 354, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362

 **Atena**
Editora

2 0 2 0